

Ata nº 19/2021 – 06/12/2021

**Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público
do Estado de Mato Grosso**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (06/12/2021), às nove horas (09h), em sessão realizada de forma híbrida na Sala de Reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça - Anexo I e via Programa *Microsoft Teams*, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA, com o registro da **presença** dos Conselheiros Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Luiz Eduardo Martins Jacob, Hélio Fredolino Faust (Corregedor-Geral do MPMT), Paulo Roberto Jorge do Prado, Edmilson da Costa Pereira, Flávio Cezar Fachone, Ana Cristina Bardusco Silva e Rosana Marra. **Ausências e justificativas:** Domingos Sávio de Barros Arruda (férias) e Marcelo Ferra de Carvalho (férias). Conferido o quórum, o Presidente agradeceu a presença de todos, invocou a proteção de Deus e declarou aberta a reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Após concitado, o Conselho aprovou a ata do dia 08/11/2021 (ordinária), a qual foi enviada via e-mail institucional antecipadamente e será publicada na página oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Considerando que o Corregedor-Geral chegaria um pouco atrasado, inverteram a pauta para julgarem os recursos com partes presentes e os procedimentos extrajudiciais. **SIMP** nº 000261-068/2021 – Recurso – O Relator **Flávio Cezar Fachone** apresentou o Relatório e a Recorrente Jussilene Patricia Almeida Barbosa fez o uso da palavra. Após, o Relator proferiu o voto pelo desprovisionamento do recurso, e, à unanimidade, desproveram o recurso e homologaram o arquivamento, nos termos do voto do Relator. **SIMP** nº 002723-005/2021 – Recurso – O Relator **Luiz Eduardo Martins Jacob** apresentou o Relatório e o Recorrente Vereador Adriano Carvalho fez o uso da palavra. O Relator proferiu o voto pelo desprovisionamento do recurso, e, após esclarecimentos, à unanimidade, desproveram o recurso e homologaram a promoção de arquivamento, conforme artigo 5º, inciso I, da Resolução n.º 52 de 2018, nos termos do voto do Relator. **9º Item. Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE – SIMP** nº 000179-023/2019,

000526-049/2020, 000537-087/2021, 000539-083/2018, 000833-040/2015, 001009-022/2019, 001103-097/2018, 001166-039/2020, 001355-018/2021, 001389-035/2018, 001747-073/2019, 002146-074/2019, 003482-005/2020, 006875-004/2017, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto do Relator.

GEDOC 20.14.0001.0004056/2021-36 (Protocolo Eletrônico) - OFÍCIO Nº 112/2021/GAECOIII/ROO - Solicita a prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 004/2020/GAECOIII/ROO, cadastrado no SIMP sob o nº 004946-010/2020, por mais 90 (noventa dias). Requerente(s) Processo Reservado Requerido(s) Processo Reservado. O Relator retificou o voto lançado no ID 40227020 e, à unanimidade, deferiram a prorrogação da tramitação do PIC nº 004/2020/GAECOIII/ROO por mais 90 (noventa) dias, de modo que, para todos os efeitos, seja abarcado e considerado prorrogado o período entre o vencimento do último deferimento de prorrogação e a data da deliberação, nos termos do voto do Relator.

GEDOC 20.14.0001.0006279/2021-58 (Protocolo Eletrônico) - Ofício nº 220/2021/1ªPJCível - Solicita dilação de prazo do Inquérito Civil 002971-039/2019, conforme descrito no despacho anexo. Requerente(s) Marcelo Linhares Ferreira Requerido(s) Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior. À unanimidade, deferiram a prorrogação da tramitação do Inquérito Civil 002971-039/2019 por mais 365 dias (trezentos e sessenta e cinco dias), de modo que, para todos os efeitos, seja abarcado e considerado prorrogado o período a partir da data de 05 de novembro de 2021, nos termos do voto do Relator.

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro LUIZ EDUARDO MARTINS JACOB – SIMP nº 000174-044/2013, 000222-070/2020, 000325-097/2018, 000616-039/2021, 000619-050/2019, 000683-002/2018, 000700-096/2021, 000850-096/2020, 000937-009/2018, 001660-058/2014, 001758-097/2019 002202-014/2020, 003854-014/2021, 004590-001/2018, 008462-014/2019, 014327-001/2013, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto do Relator.

SIMP 009306-001/2019 – por maioria, homologaram o arquivamento do inquérito civil, vencido o Relator Luiz Eduardo Martins Jacob. Participaram do julgamento os Conselheiros Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Paulo Roberto Jorge do Prado, Edmilson da Costa Pereira, Ana Cristina Bardusco Silva, Rosana Marra e o Presidente José Antônio Borges Pereira. O Corregedor-Geral Hélio Fredolino Faust e o Conselheiro Flávio Cezar Fachone manifestaram

suspeição para o julgamento. **SIMP** 000081-096/2021 e 001372-039/2021 – a Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva votou pela não homologação dos arquivamentos. O Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe pediu vista e os demais aguardam. **GEDOC** 20.14.0001.0004059/2021-52 (Protocolo Eletrônico) – OFÍCIO Nº 116/2021/GAECOIII/ROO - Solicita a prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2020/GAECOIII/ROO, cadastrado no SIMP sob o nº 000939-010/2020, por mais 90 (noventa) dias. Requerente(s) Processo Reservado. Requerido(s) Processo Reservado. À unanimidade, referendaram a decisão do Relator que deferiu, *ad referendum* do CSMP, o pedido de dilação do prazo por mais 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 11, § 1º, da Resolução n.º 35 de 2009. **GEDOC** 20.14.0001.0006681/2021-68 (Protocolo Eletrônico) – OFÍCIO Nº 925/2021/Coord/GAECO/PRO6314 - Solicita a prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 004/2021 – GAECO, por mais 90 (noventa dias). Requerente(s) Processo Reservado. Requerido(s) Processo Reservado. À unanimidade, referendaram a decisão do Relator que deferiu, *ad referendum* do CSMP, o pedido de dilação do prazo, nos termos do artigo 11, § 1º, da Resolução n.º 35 de 2009, do CPJ. **Procedimentos extrajudiciais com vista ao Presidente do CSMP JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA – SIMP** nº 000608-061/2019 – por maioria, homologaram o arquivamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator Luiz Eduardo Martins Jacob e do voto-vista do Procurador-Geral de Justiça, com o adendo sobre a regularização do registro no BAPRE acrescido pelo voto-vista, vencida a Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva que não homologou o arquivamento. **SIMP** nº 000667-096/2020 – por maioria, homologaram o arquivamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator Luiz Eduardo Martins Jacob e do voto-vista do Procurador-Geral de Justiça, com o adendo sobre a regularização do registro no BAPRE acrescido pelo voto-vista, vencida a Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva que não homologou o arquivamento. **SIMP** nº 005586-012/2019 – à unanimidade, homologaram o arquivamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator Luiz Eduardo Martins Jacob e do voto-vista do Procurador-Geral de Justiça, com o adendo sobre a regularização do registro no BAPRE, acrescido pelo voto-vista. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO –** 000037-091/2020, 000046-079/2020, 000063-005/2021,

000066-067/2021, 000115-060/2021, 000238-069/2017, 000264-096/2021, 000271-096/2020, 000344-002/2019 000361-058/2018, 000435-026/2020, 000584-039/2021, 000584-087/2020, 000624-097/2019, 000643-096/2020, 000789-023/2020, 000792-023/2017 000797-005/2020, 000954-018/2021, 001078-032/2018, 001323-005/2015, 001354-018/2021, 001358-018/2021, 001720-005/2020 002184-005/2013, 002209-043/2021, 002453-039/2020, 002744-005/2018, 003085-005/2020, 003172-005/2017, 003206-005/2017, 003397-005/2019, 003508-005/2018 004480-001/2014, 005564-010/2016, 005894-001/2015, 007048-012/2018, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto do Relator. **SIMP** nº 001526-005/2021 – Recurso – à unanimidade, desproveram o recurso e mantiveram a decisão que indeferiu a instauração do procedimento, por não subsistirem motivos para o prosseguimento do feito, nos termos do voto do Relator. **SIMP** 001410-097/2019 – à unanimidade, não homologaram a promoção de arquivamento, a fim de que o feito seja devolvido à Promotoria de origem para que seja realizado o devido apensamento destes autos ao outro já existente que investiga o mesmo assunto, nos termos do Enunciado nº 7 do CSMP, tendo o Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado, oralmente, retificado seu voto escrito e adotado o entendimento divergente da Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva. **SIMP** 000618-023/2020 – a Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva pediu vista dos autos. **GEDOC** 20.14.0001.0004806/2021-59 (Protocolo Eletrônico) – Ofício nº 939/2021/GAECO - Solicita a prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2020/GAECO, por mais 90 (noventa dias). Requerente(s) Processo Reservado. Requerido(s) Processo Reservado. À unanimidade, referendaram a decisão do Relator que deferiu, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o pedido de dilação do prazo por mais 90 (noventa) dias para a conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2020, instaurado pelo GAECO. **Procedimento extrajudicial com vista ao Presidente do CSMP JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA – SIMP** nº 000695-011/2021 – à unanimidade, desproveram o recurso, nos termos do voto da Conselheira Relatora Ana Cristina Bardusco Silva e do voto-vista do Procurador-Geral de Justiça. Consigna-se que o Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho antecipou seu voto na Reunião Ordinária do CSMP de 08/11/2021 pelo desprovisionamento do recurso, nos termos do voto da Relatora, tendo em vista sua

ausência justificada em razão de férias. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro EDMILSON DA COSTA PEREIRA – SIMP** n° 000008-100/2014, 000109-067/2020, 000150-005/2020, 000245-058/2018, 000475-022/2020, 000524-014/2021, 000530-051/2017, 000601-078/2018, 000620-080/2018, 000982-018/2015, 001018-080/2018, 001513-043/2021, 001673-005/2017, 001772-032/2009, 002454-039/2020, 003386-009/2019, 008228-010/2019, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto do Relator.

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro DOMINGOS SÁVIO DE BARROS ARRUDA – os processos não foram pautados em razão da ausência justificada do Relator (em gozo de férias).

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro FLÁVIO CEZAR FACHONE – SIMP n° 000118-077/2018, 000160-089/2016, 000180-097/2018, 000269-005/2018, 000393-071/2018, 000394-096/2021, 000439-096/2020, 000507-062/2017, 000531-051/2017, 000563-096/2020, 000595-066/2018, 000629-061/2019, 000846-053/2020, 000897-041/2019, 000949-009/2016, 000978-058/2021, 000993-074/2014, 001007-058/2018, 001067-039/2020, 001256-013/2021, 001491-058/2020, 001668-002/2012, 001766-035/2018, 002014-009/2019, 002397-005/2020, 002460-011/2020, 002527-014/2021, 002790-014/2019, 002906-004/2015, 002910-014/2021, 002953-005/2021, 002974-011/2015, 003012-009/2018, 003292-005/2019, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto do Relator.

SIMP n° 000444-096/2020 – Recurso – à unanimidade, ratificaram o declínio de atribuição ao MPF e não conheceram o recurso, tendo o Relator Conselheiro Flávio Cezar Fachone, oralmente, retificado seu voto escrito e adotado o entendimento divergente da Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva pelo não conhecimento do recurso por falta de previsão normativa.

SIMP 003399-040/2019 – a Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva pediu vista dos autos. O Corregedor-Geral Hélio Fredolino Faust e o Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado adiantaram o voto pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro MARCELO FERRA DE CARVALHO – os procedimentos foram retirados de pauta em razão da ausência justificada do Relator (em gozo de férias).

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria da Conselheira ANA CRISTINA BARDUSCO SILVA – SIMP n° 000011-023/2019, 000091-032/2020,

000174-023/2020, 000349-023/2016, 000353-023/2020, 000455-061/2018, 000468-002/2018, 000661-096/2021, 000923-097/2018, 000932-009/2019, 001845-016/2021, 001896-005/2017, 002193-009/2021, 003033-010/2019, 004754-009/2012, 004780-004/2016, 006401-004/2015, 008096-001/2015, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto da Relatora. **SIMP** 002017-012/2019-E – Dra Ana – à unanimidade, não homologaram a promoção de arquivamento, a fim de que o feito seja devolvido à Promotoria de origem para que seja realizado o devido apensamento destes autos ao outro já existente que investiga o mesmo assunto, nos termos do Enunciado nº 7 do CSMP. Processos com vista: 002289-005/2019, 002278-023/2015, 000024-100/2014 – retirados de pauta. **GEDOC** 20.14.0001.0004058/2021-79 (Protocolo Eletrônico) – OFÍCIO Nº 115/2021/GAECOIII/ROO - Solicita prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 004/2019/GAECOIII/ROO, cadastrado no SIMP sob o nº 002271-013/2019, por mais 90 (noventa) dias. Requerente(s) Processo Reservado. Requerido(s) Processo Reservado. À unanimidade, referendaram a decisão da Relatora que deferiu, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o pedido de dilação do prazo por mais 90 (noventa) dias a contar desta decisão para a conclusão do Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 002271-013/2019. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria da Conselheira ROSANA MARRA – SIMP** nº 000112-005/2021, 000113-062/2021, 000185-048/2019, 000226-068/2021, 000267-023/2021, 000272-002/2019, 000319-005/2020, 000443-077/2020, 000523-012/2021, 000601-039/2021, 000774-096/2020, 001483-029/2017, 001498-005/2020, 001659-044/2018, 001869-006/2021, 002072-039/2020, 002200-005/2018, 002304-013/2019, 002591-013/2021, 002933-012/2012, 004654-009/2018, 006546-012/2018, todos julgados e homologados – v.u., nos termos do voto da Relatora. **SIMP** nº 000055-005/2021 – à unanimidade, não homologaram o arquivamento e determinaram a aplicação do enunciado nº 007/2011 do CSMP, o qual pontua que nos casos de duplicidade de procedimentos investigativos que versarem sobre o mesmo objeto, não acarreta no arquivamento de um deles e sim no apensamento dos autos, nos termos do voto da Relatora. **SIMP** nº – **000070-096/2020** – à unanimidade, não homologaram o arquivamento e determinaram aplicação do enunciado nº 007/2011 do CSMP, o qual pontua que nos casos de

duplicidade de procedimentos investigativos que versarem sobre o mesmo objeto, não acarreta no arquivamento de um deles e sim no apensamento dos autos. Na ordem da pauta, retornou-se ao julgamento do **1º Item. GEDOC nº 20.14.0099.0000117/2021-62** (Eletrônico) – Assunto: Concurso de Remoção – Promotor de Justiça – Entrância Final – Edital de Remoção nº 559/2021-CSMP – 2ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra – Critério: Antiguidade. Lista de Inscritos: Posição Antiguidade – Nome do Membro – 74 FABIANA DA COSTA SILVA VIEIRA, DESISTIU WASHINGTON EDUARDO BORRERE, DESISTIU LAIS LIANE RESENDE, 146 LYSANDRO ALBERTO LEDESMA, 158 MARCELO MANTOVANNI BEATO, 162 MARCELO LINHARES FERREIRA, 164 TEREZA DE ASSIS FERNANDES, 170 LUANE RODRIGUES BOMFIM, 176 ELTON OLIVEIRA AMARAL, 197 LEANDRO TURMINA, 204 EDINALDO DOS SANTOS COELHO, 205 KELLY CRISTINA BARRETO DOS SANTOS. O Presidente passou a palavra ao Corregedor-Geral, Dr. Hélio Fredolino Faust, que indicou a Dra. Fabiana da Costa Silva Vieira, que é a mais antiga da lista, possui todos os méritos para ser a removida e o seu pedido está em consonância com a legislação, lembrando que ela já figurou por quatro vezes alternadas em lista de merecimento. À unanimidade, **removeram, por antiguidade, a Promotora de Justiça Dra. FABIANA DA COSTA SILVA VIEIRA**, titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra, **para a 2ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra. 2º Item. GEDOC nº 20.14.0099.0000118/2021-35** (Eletrônico) – Assunto: Concurso de Remoção – Promotor de Justiça – Entrância Final – Edital de Remoção nº 560/2021-CSMP – 6ª Promotoria de Justiça Cível de Várzea Grande – Critério: Merecimento. Lista de Inscritos: Posição Antiguidade – Nome do Membro – Quinta parte – 88 SILVIO RODRIGUES ALESSI JUNIOR 3ª QUINTA PARTE, 94 CARLOS HENRIQUE RICHTER 3ª QUINTA PARTE, 95 MILTON MATTOS DA SILVEIRA NETO 3ª QUINTA PARTE, 96 JORGE PAULO DAMANTE PEREIRA 3ª QUINTA PARTE, 101 JANINE BARROS LOPES 3ª QUINTA PARTE, 106 ANA LUIZA BARBOSA DA CUNHA 3ª QUINTA PARTE, 109 ANDERSON YOSHINARI FERREIRA DA CRUZ 3ª QUINTA PARTE, 114 WASHINGTON EDUARDO BORRERE 3ª QUINTA PARTE, 129 DANIELE CREMA DA ROCHA DE SOUZA 4ª QUINTA PARTE, 133 RODRIGO RIBEIRO DOMINGUES 4ª QUINTA PARTE, 136 JOSÉ VICENTE GONÇALVES DE SOUZA 4ª QUINTA PARTE, 137 LAIS LIANE RESENDE 4ª QUINTA PARTE, 140

OSVALDO MOLEIRO NETO 4ª QUINTA PARTE, 141 SAULO PIRES DE ANDRADE MARTINS 4ª QUINTA PARTE, 146 LYSANDRO ALBERTO LEDESMA 4ª QUINTA PARTE, 162 MARCELO LINHARES FERREIRA 4ª QUINTA PARTE, 164 TEREZA DE ASSIS FERNANDES 4ª QUINTA PARTE, 170 LUANE RODRIGUES BOMFIM 5ª QUINTA PARTE, 176 ELTON OLIVEIRA AMARAL 5ª QUINTA PARTE, 204 EDINALDO DOS SANTOS COELHO 5ª QUINTA PARTE, 205 KELLY CRISTINA BARRETO DOS SANTOS 5ª QUINTA PARTE. O Presidente passou a palavra ao Corregedor-Geral, Dr. Hélio Fredolino Faust, que informou que o Dr. Carlos Henrique Richter e o Dr. Milton Mattos da Silveira Neto são remanescentes e vão figurar pela quinta vez alternada em lista, tendo em vista que os mantêm em lista por todos os seus méritos. À unanimidade, permanecem na lista. Como terceiro nome o Corregedor indicou o Dr. Silvio Rodrigues Alessi Junior, que ingressou em 06/10/2000, cinco anos a mais que os demais inscritos, e todos conhecem seus méritos. À unanimidade, figurou em lista o Dr. Silvio Rodrigues Alessi Junior. Para a remoção o Corregedor-Geral indicou o Dr. Carlos Henrique Richter, que figurou pela quinta vez alternada na lista e é mais antigo que o Dr. Milton Mattos da Silveira Neto, que também figurou pela quinta vez alternada, e, pela legislação, em caso de empate, prevalece o mais antigo. À unanimidade, **removeram**, por **merecimento**, o **Promotor de Justiça Dr. CARLOS HENRIQUE RICHTER**, titular da 30ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá, **para a 6ª Promotoria de Justiça Cível de Várzea Grande**. Figuraram na lista: Dr. Milton Mattos da Silveira Neto e Dr. Silvio Rodrigues Alessi Junior. **3º Item. GEDOC 20.14.0001.0005442/2020-59 (Eletrônico)** – Requerente: Procurador-Geral de Justiça – Assunto: Define os critérios para apuração do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para fins de movimentação na carreira. Vista: Conselheiro Domingos Sávio de Barros Arruda. O procedimento foi retirado de pauta em razão da ausência justificada do Conselheiro Domingos Sávio de Barros Arruda. **4º Item. GEDOC nº 20.14.0001.0004575/2021-88 (Eletrônico)** – Ofício nº 892/2021/Coord/GAECO/PRO6353 – Prorrogação de designação. Homologação da Portaria nº 662/2021-PGJ – Requerente(s) Processo Reservado – Requerido(s) Processo Reservado. À unanimidade, homologaram a Portaria nº 662/2021-PGJ, nos termos do art. 3º, §§ 5º e 6º, da Resolução nº 187/2019-CPJ. **5º Item. GEDOC nº 20.14.0001.0003202/2021-08 (Eletrônico)** – Requerente(s) Processo Reservado

– Assunto: Ofício nº 925/2021/Coord/GAECO/PRO6314 – Prorrogação de designação. Homologação da Portaria nº 664/2021-PGJ. À unanimidade, homologaram a Portaria nº 664/2021-PGJ, nos termos do art. 3º, §§ 5º e 6º, da Resolução nº 187/2019-CPJ. **6º Item. GEDOC 20.14.0001.0006212/2021-24** (Eletrônico) – Requerente: Procurador-Geral de Justiça – Assunto: Despacho Avulso nº 134/2021/GAB/PGJ - Proposta ao Conselho Superior do Ministério Público a edição do Assento, visando fixar o entendimento do colegiado, no intuito de orientar os membros do MPMT no desempenho de suas atividades finalísticas (Lei Federal nº 14.230, de 25 de outubro de 2021). O texto sugerido era o seguinte: “ASSENTO Nº ____/2021-CSMP Os §§ 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 8.429/92, acrescidos pela Lei nº 14.230/2021, possuem conteúdo de norma jurídica processual, aplicando-se-lhes o disposto no art. 14 do Código de Processo Civil, de modo que os prazos neles disciplinados não são aplicáveis retroativamente, devendo ser contabilizados após a vigência da lei alteradora, em 25 de outubro de 2021, inclusive para os Inquéritos Cíveis instaurados antes dessa data. A fixação de prazo para a conclusão do Inquérito Civil, e para o exercício da ação, não coincidente com o prazo prescricional encerra hipótese de prazo processualmente impróprio, cujo descumprimento não enseja qualquer espécie de nulidade ou consequência processual. Transcorrido o prazo fixado no § 2º do art. 23, da Lei nº 8.429/92, contado após a edição da Lei nº 14.239/21, ou na iminência de transcorrê-lo, os membros do Ministério Público que presidirem Inquéritos Cíveis cujo objeto consista na apuração de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, e havendo necessidade de continuidade das investigações, deverão prorrogar seus prazos fundamentadamente e encaminhá-los à revisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.” O procedimento foi retirado de pauta pelo Presidente para aguardar posicionamento do CNPG sobre a matéria. **7º Item. GEDOC 20.14.0001.0006365/2021-64** (Eletrônico) – Requerente: Procurador-Geral de Justiça – Assunto: Despacho Avulso nº 136/2021/GAB/PGJ - Propõe ao Conselho Superior do Ministério Público a edição do Assento anexo, nos termos do art. 46, § 1º, do RICSMP, visando fixar o entendimento do colegiado acerca do dispositivo legal da Lei Federal nº 14.230, de 25.10.2021, a chamada Lei de Improbidade Administrativa, que acrescentou o art. 17-B, que versa sobre o acordo de não persecução civil. O texto sugerido era o seguinte: “ASSENTO Nº ____/2021-CSMP A exigência de oitiva prévia do Tribunal

de Contas do Estado para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, quando das tratativas para a celebração de Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, insculpida no § 3º do art. 17-B da Lei nº 8.429/92, não configura condição para celebração do acordo, caso o Ministério Público detenha elementos suficientes para apurá-lo. Entretanto, é prudente, sob a ótica da parte que pretender celebrar o ANPC com o Ministério Público, que haja oitiva do TCE, com o escopo de evitar a imputação, pelo órgão de controle, de ressarcimento de dano além do que for pactuado no ANPC, caso haja procedimento sobre os mesmos fatos no âmbito da Corte de Contas, circunstância que deve ser esclarecida e ponderada pelo compromissário no momento da adesão à proposta do acordo, bastando, para tanto, uma cláusula que evidencie que o acordo firmado com o Ministério Público não afasta o exercício da competência de outros órgãos no uso de suas funções constitucionais.” O procedimento foi retirado de pauta pelo Presidente para aguardar posicionamento do CNPG sobre a matéria. **8º Item. GEDOC 20.14.0001.0006601/2021-94** (Eletrônico) – Requerente: Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe – Assunto: Proposta de Resolução – Altera a Resolução nº 051/2018-CSMP para acrescentar os §§ 6º e 7º ao art. 1º, assim como o § 10 ao art. 6º, “c”. Após debates e propostas apresentadas em reunião pelo Presidente, o texto foi aprovado em forma de assento, nos seguintes termos: “ASSENTO Nº 09/2021-CSMP Caberá ao representante do Ministério Público com atribuição para a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em matéria ambiental, decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados, observando os seguintes incisos: I - Quando da fixação do quantum indenizatório nos casos de danos ambientais, independentemente da reparação específica, deverão ser consideradas as técnicas disponíveis de valoração do dano adotadas pelo órgão de proteção ambiental ou pelo Centro de Apoio Operacional (CAOP); II - Prever no compromisso a recuperação do patrimônio ambiental lesado mediante ações de reparação in-situ ou ex-situ, a saber: regeneração, restauração ecológica, compensação ou recomposição especificadas na avença pactuada, todas previstas em lei; III - Na celebração de acordos em matéria ambiental ou urbanística de interesse coletivo, no interior de ação judicial ou procedimento, civil ou criminal, firmados pelo Ministério

Público, deverão ser realizados por termos separados; IV - A realização em local público, assim, vedada reuniões ou audiências no interior de espaços privados, tais como empresas ou condomínios fechados com interesses demandados.” **Assuntos Gerais:** O Presente informou o agendamento de Reunião Extraordinária para o dia 10/12/2021 (sexta-feira) às 14h. Nada mais havendo para ser tratado conforme pauta do dia, encerrou-se a reunião às 12h, cujos termos são lavrados nesta Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Presidente e pela Excelentíssima Secretária do Conselho, acompanhada, de forma pormenorizada, da respectiva gravação em DVD (inciso I, art. 13 da Resolução nº 33/2012 CSMP).

José Antônio Borges Pereira
Procurador-Geral de Justiça
Presidente – CSMP

ROSANA
MARRA:36189944
604

Assinado de forma digital por
ROSANA MARRA:36189944604
Dados: 2021.12.10 14:17:54
-04'00'

Rosana Marra
Procuradora de Justiça
Secretária do CSMP